

PROTAGONISMO NA ADOLESCÊNCIA: A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COMO ESPAÇO E LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Mônica Tessaro¹

RESUMO

A pesquisa apresenta um estudo sobre a educação não formal e seu papel no processo educativo. Considera-se a educação não formal como uma área de conhecimento ainda em construção, no entanto, se aliada à educação formal esta representa desenvolvimento e aprendizagem aos adolescentes que dela fazem proveito. Estuda-se a possibilidade da participação da sociedade civil para que a educação não formal se desenvolva ainda mais. A pesquisa tem cunho quali quantitativo, busca saber através dos participantes do Programa Vida Feliz o que a educação não formal auxiliou nas suas escolhas. Abordando as duas vertentes, educação não formal e educação formal, busca-se trazer um consenso entre as duas.

Palavras-chave: Educação não formal. Educação formal. Preocupação social. Desenvolvimento do adolescente.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, influenciada por ideologias consumísticas, acaba por premiar sempre as camadas mais “produtivas”. Assim os adolescentes são marginalizados, manipulados pelos meios de comunicação social, obrigados a uma moratória social sempre mais prolongada, abandonados à própria sorte exatamente no momento da vida em que mais necessitam do apoio dos outros para definir seu lugar como pessoa e como cidadão, agentes de sua história.

Percebe-se desta forma, uma tendência a desmotivação, falta de metodologia para os estudos, sem perspectivas para o futuro, baixa auto-estima, dificuldades para estabelecer relacionamentos amistosos, apresentam dificuldades em fazer escolhas no plano vocacional e profissional e, ainda, de tomar iniciativas para desenvolver atividades que possam melhorar seu cotidiano e o do ambiente em que vivem.

Os modelos propostos e na grande maioria das vezes impostos pela sociedade influenciam o comportamento das novas gerações, levando-as a manifestações socialmente

¹ Graduada em Psicologia pela Unochapecó. Pós Graduada em Famílias suas Representações Sociais e Práticas Profissionais pela Uceff. E-mail: m_tessaro@unochapeco.edu.br

inadequadas e anti-sociais.

Desta forma, a questão norteadora da pesquisa é: Como a Educação não formal auxilia os adolescentes no seu cotidiano? Através desse questionamento pretendeu-se atingir os seguintes objetivos: Analisar a influência do Programa Vida Feliz na vida dos adolescentes, bem como, avaliar aceitabilidade dos temas trabalhados no Programa Vida Feliz.

Depois da realização da pesquisa penso que a criação de espaços e eventos de educação, esporte, cultura, lazer e recreação orientada em ambientes escolares e nos espaços ociosos da sociedade poderiam auxiliar na melhoria deste quadro.

Este e outros motivos me levaram a desenvolver este trabalho de pesquisa junto ao programa Vida Feliz. O qual é mantido pela instituição Marista e, está inserido junto às escolas estaduais de Chapecó. Inicio o presente estudo dando uma visão geral sobre o que é o Programa Vida Feliz.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O QUE É O PROGRAMA VIDA FELIZ

O Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, designação canônica dos Irmãos Maristas, instituição religiosa da igreja católica, é a congregação fundada em 02 de janeiro de 1817, em La Valla, nas proximidades de Saint – Etienne, no sudeste da França, por São Marcelino José Bento Champagnat. Seus membros chegaram ao Brasil em 15 de outubro de 1897 e se constituíram em associações civis distintas, conforme o Direito Brasileiro. Uma destas associações é a União Catarinense de Educação, que vem a ser a mantenedora do Programa Vida Feliz, que é desenvolvido pelos Centros Maristas de Formação (COMISSÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 1998).

Este é um Programa que visa dar apoio pessoal, escolar, cultural e de socialização de adolescentes e jovens, preferencialmente às escolas públicas, fazendo com que eles exercitem o espírito de cidadania que existe muitas vezes de forma camuflada dentro de cada um.

A estrutura do Programa levou em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), os Parâmetros Curriculares Nacional, bem como a Proposta Curricular de Santa Catarina e a Educação Marista. Pautado por uma pedagogia de presença, como

aconselhava São Marcelino Champagnat “para ser bons educadores é indispensável viver no meio dos educandos e que o tempo de convívio se amplie e se prolongue”. A pedagogia da presença traz consigo a imensa riqueza afetiva de toda a personalidade do educador. Ela se prolonga e se aproximam do educando na atitude de aprendizagem, na atitude de ordem, trabalho, disciplina, que humaniza e faz amigos pela possibilidade de uma relação amistosa em qualquer tempo e espaço (COMISSÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 1998).

O Programa Vida Feliz no desenvolvimento de suas atividades aborda temas sugeridos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), bem como outros, vistos como necessários nas diversidades regionais e na pluralidade cultural que o mesmo abrange. Assim, percebe-se a grande contribuição que o Programa oferece às escolas públicas, pois, como sabemos, a Lei propõe, que, sejam abordadas várias temáticas em todas as áreas de ensino, no entanto, nem sempre os professores conseguem dar conta dos conteúdos programáticos. Em algumas escolas, são elaborados projetos para serem desenvolvidos com os alunos, mas acaba abrangendo um ou dois temas propostos e os demais ficam sem serem explorados (COMISSÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 1998).

Desta forma o Programa está sendo parceiro das escolas públicas, contribuindo para que haja uma formação adequada, humana, integral, aos alunos das escolas públicas espalhadas nas regiões que o mesmo atende.

2.2 EDUCAÇÃO FORMAL E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

O objetivo do presente capítulo é realizar um diálogo entre a educação formal e a educação não formal, pois acredito que a educação está muito além de uma sala de aula com conteúdos pré estabelecidos e horários instituídos. Para chegar a um suposto consenso irei abordar o conceito de educação, além de descrever segundo alguns autores pré selecionados, algumas ideias sobre as diferenças entre educação não formal e educação formal, tentando elaborar um consenso entre as duas.

Mas do que decorre a educação? Segundo os escritos de Brandão (2007, p. 7), “ninguém escapa da educação, em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para

aprender-e-ensinar”.

A partir de tal resposta surgem indagações. Se aprendemos em vários lugares, por vários motivos e usamos a educação para nos comunicar com os outros, para ajudar e para aprender cada vez mais, podemos denominar a educação como única ou como várias: Educação? Educações?

Torna-se importante frisar que não existe uma única forma, nem um único modelo de educação. Como prova disso temos as várias formas de representações sociais, diferentes grupos tribais, diversas organizações escolares, a própria divisão de classes econômicas a qual as torna conflitantes o acesso a educação ocorre de maneira distinta. A educação é desenvolvida de acordo com as necessidades, habilidades e recursos de cada povo (BRANDÃO, 2007).

Neste sentido tem se observado que a educação não formal tem ocupado um local de destaque na sociedade, tendo em vista o crescimento dos espaços não formais de educação, que visam o desenvolvimento da autonomia, protagonismo e liderança dos indivíduos que as frequentam.

Tal tema vem sendo abordado por vários pesquisadores da área, nesse contexto, trago Afonso (1989, p. 78) o qual discute as diferenças entre educação formal e educação não formal:

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas. A educação não formal embora obedeça também a uma organização (distinta, porém das escolas) e possa levar uma certificação (mesmo não sendo essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

De acordo com as afirmações do autor podemos caracterizar a educação não formal como uma extensão diferenciada da escola, pois mesmo não abordando os mesmos conteúdos escolares, algumas vezes complementa lacunas deixadas pela educação formal.

Tendo em vista que a educação não formal auxilia e capacita as pessoas a serem cidadãos ainda melhores, sua finalidade é abrir horizontes sobre o conhecimento do mundo. Desta forma Gohn (2010), acrescenta que educar, seja de qualquer forma, se constitui a partir dos interesses e das necessidades daqueles que participam.

Então, se a educação não formal está ligada as necessidades de uma dada sociedade, ela emergiu para auxiliar na melhoria de algumas indigências sociais da região. Não podendo

é claro perder de vista o horizonte da sociedade, suas atitudes e formas de educar devem oferecer distintos modos de aprendizagem para o desenvolvimento de quem participa.

A educação é um ato intencional. No caso da educação não formal, sua intenção é potencializar as capacidades materiais, institucionais, organizativas e culturais das pessoas e dos grupos com os quais o trabalho é realizado. Assim proporciona novas formas de relação, espaços nos quais seja possível vivenciar a participação, a democracia, a solidariedade (LOLLA; GERMAN, 2006, p. 5-6).

Se pararmos para analisar os dados históricos da educação, vamos nos dar conta que desde sempre à humanidade vem sendo educada. Os primeiros grupos que habitaram a terra tinham seu modo de educar o seu povo, com o passar do tempo, os grupos tomaram conta, e cada qual tinha e ainda tem seus costumes. A cultura que cada povo, etnia, classe social carrega vem permeada de educação não formal (LOLLA; GERMAN, 2006).

Talvez seja por esse motivo que as famílias não se “preocupavam” em levar seus filhos a uma escola formal. A maioria por não terem a permissão de frequentarem uma escola, e outros por acreditarem que o aprender poderia ocorrer em casa, um ritual passado de geração para geração. Nessa época a convivência com os mais velhos permitia a assimilação de valores que interessavam para a época, como por exemplo, as meninas aprendiam com as mães e avós desde muito cedo cuidar da casa, e de seus irmãos, já os meninos, aprendiam a labutar na terra (LOLLA; GERMAN, 2006).

No entanto, tal realidade começa a se extinguir a partir do momento que posto em cheque pelas mulheres, pois viam a possibilidade de trabalhar fora, a sociedade inicia um novo movimento, e inicia-se a construção das cidades, e conseqüentemente a construção de espaços para darem conta da demanda que estava nascendo.

De acordo com os escritos de Ribeiro e Ribeiro (2003) o Brasil destaca o desenvolvimento da educação não formal através da modernização da agricultura por meio do processo migratório rural-urbano. Tal acontecimento exigiu por volta dos anos de 1970 novas respostas políticas e sociais diante das misérias originárias desse contexto histórico.

Esse movimento gerou centenas de desempregados, levando muitas famílias a buscarem novas formas de sustento. As crianças ficavam a mercê, pois a situação econômica às impediam de frequentar escolas e terem uma vida socialmente digna (RIBEIRO; RIBEIRO, 2003).

Nas últimas décadas devido ao acentuado processo de exclusão os problemas dos menores que vivem perambulando no contexto urbano foi se agravando cada vez

mais, fazendo com que algumas instituições buscassem alternativas para amenizar esses problemas. Criaram espaços de educação para atender tanto menores, crianças e adolescentes, como adultos que foram excluídos da possibilidade de conquistar a cidadania (RIBEIRO; RIBEIRO, 2003, p. 160-161).

Podemos partir do pressuposto que a educação não formal surgiu para atender uma demanda de ordem social, para amenizar situações econômicas trabalhistas nascidas juntamente com o capitalismo. Por meio do objetivo de amenizar as mudanças ocorridas pela “crise” econômica da época, surgem instituições tais como, ONG’s, igrejas, associações de bairros, clubes de mães, partidos políticos, preocupadas com o bem estar populacional promovendo uma rede de solidariedade, e a partir daí tais instituições passaram a oferecer a comunidade uma educação não formal (RIBEIRO; RIBEIRO, 2003).

De acordo com Gohn (2001), tais instituições trouxeram inovações para os processos educativos concebendo assim, novas categorias. Pode-se dizer ainda que a educação não formal possui como principal característica o coletivismo, pois respeita a realidade de cada indivíduo, construído o conhecimento a partir de uma situação problema que tenha significado na vida dos sujeitos envolvidos com o processo.

Ribeiro e Ribeiro (2003) garantem que a educação não formal auxilia no resgate da identidade na reconstrução da cultura e do respeito entre as pessoas, sendo que o principal papel dos espaços de educação não formal é fazer um elo de ligação com as propostas pedagógicas gestadas nos espaços formais de educação. Para que isso aconteça é inevitável estabelecer uma relação de diálogo e escuta qualificada, servindo assim, como instrumento para viabilizar as mudanças necessárias para que de fato ocorra o processo de inclusão.

Se buscarmos informações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, constataremos que a educação é definida num sentido amplo, a qual “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 01).

Diante de tal informação, percebe-se a necessidade de um aporte teórico sobre o tema educação não formal, uma vez, que possui uma gama de opiniões que continuam sendo discutidos sobre o tema. Para Gohn (2001, p. 103) “um dos supostos básicos da educação não formal é a da aprendizagem que se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado”. Desta forma, entende-se que a educação

não formal gera aprendizados através de uma prática social oferecidas as pessoas dispostas a dela participar.

Desta forma destaca-se que a educação não formal pode ser considerada uma extensão da educação formal, pois ela trabalha com a afetividade das pessoas, facilitando alguns processos, como por exemplo, o relacionamento interpessoal entre os alunos e a diminuição da timidez, que nem sempre a escola normal dá conta.

Já elaborei algumas ideias extraídas de alguns autores sobre a educação não formal, a partir de então será abordado alguns conceitos sobre a educação formal. Compreende-se que a educação formal está segura de acordo com algumas leis, entre elas está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação a qual será abordada a seguir.

Não se objetiva, portanto, aqui, de opor a educação formal à educação não-formal. Trata-se de conhecer melhor suas potencialidades e harmonizá-las em benefício de todos e, particularmente, das crianças.

A educação formal é oferecida nas escolas em cursos com níveis superiores, programas e incentivos governamentais. A educação formal é um processo muito antigo, cuja origem está ligada ao desenvolvimento de nossa civilização e ao acervo de conhecimentos por ela gerados (GADOTTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004).

Toda educação pode ser considerada, educação formal, pois ela é intencional, mas o cenário pode ser distinto, por exemplo, o espaço da escola é “marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade. O espaço da cidade (apenas para definir um cenário da educação não-formal) é marcado pela descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade” (GADOTTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004, p. 3).

O surgimento da escola nas civilizações mais avançadas decorre da necessidade de preservar e garantir o legado do acervo cultural continuamente gerado por essas civilizações. Provavelmente, foi também por essa razão que o conhecimento a ser transmitido na escola se organizou e se especializou num ordenamento de conteúdos separados em áreas uniformes e distintas, com o significativo nome de disciplinas (GADOTTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004, p. 3).

Embora a produção do conhecimento não se restringisse a instituições ou a lugares determinados, a transmissão regular e disciplinar desses conhecimentos foi sendo, com o tempo, delegada à escola, ou melhor, à educação formal. É o que tem ocorrido em todas as

sociedades que se consideram civilizadas (GADOTTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004).

A Escola talvez seja uma das instituições mais presentes em nossas memórias de infância, deixando marcas profundas em cada indivíduo. Todos têm histórias, que emocionam que alegram e que entristecem durante o período escolar.

2.3 LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Antes de iniciar os escritos sobre as Diretrizes e Bases da Educação, buscarei trazer um resgate histórico sobre a implantação de tal Lei. No Brasil, o ensino formal obrigatório é estabelecido pela Lei de Diretrizes Básicas nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mas o caminho até aqui foi árduo e lento, a seguir vamos acompanhar algumas situações que marcaram a Lei que rege as escolas formais.

O conceito, diretrizes e bases, não surgiram de forma reflexiva na educação brasileira, mas foram sendo incorporados a textos, a Leis, até chegarmos ao entendimento que temos hoje deste.

Desde a Constituição de 1934 vem se criando conceitos, decretos – Lei, fixando-se Leis Orgânicas para definir o que realmente são “Diretrizes e Bases da Educação”. Saviani (1981, p. 88) define “Diretrizes e Bases como sendo meios e fins sobre os termos gerais de sua organização e sobre as condições e finalidades de ser funcionamento”.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, teve uma gestação cansada e penosa. Entre à chegada a Câmara Federal, outubro de 1954, e o início dos debates sobre o texto, maio de 1957, decorreram oito anos e meio, até a aprovação foram percorridos mais quatro anos. Ou seja, entre os encaminhamentos, as discussões e aprovação do texto passaram-se 13 anos. O eixo das discussões era o da defesa da presença da iniciativa privada nas atividades de ensino. O texto aprovado em 1961 oferecia, pela primeira vez na história da educação brasileira, um esboço onde se podiam divisar, com relativa clareza, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os grande eixos falavam: a) Dos fins da educação; b) do direito à educação; c) da liberdade de ensino; d) da administração do ensino; e) dos sistemas de ensino; f) da educação de grau primário; g) da assistência social; h) dos recursos para a educação. Em suma, como podemos observar, definia-se, afinal, um lineamento estruturado para a Educação no País (SAVIANI,

1981).

A segunda Lei de Diretrizes e Bases, a Lei 5.692/71, oficialmente denominada de Lei de Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, teve, também, um processo gestatório lento, embora permeável aos debates e à participação da sociedade civil, em função do contexto em que foi gestada, período esse, de governo discriminatório com as liberdades civis estranguladas. O quadro político empurrava para uma reforma da educação do ensino superior, antecipando-se, assim, à reforma dos demais níveis de ensino. Desta forma, nascia a Lei 5.540 em 1968 e, somente 3 anos mais tarde, editava-se a Lei 5.692/71, voltada, especificamente, para os níveis de ensino anteriores ao ensino superior (SAVIANI, 1981).

Sob o ponto de vista técnico – educativo-formal, não se pode considerar a Lei 5.692/71 propriamente uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Primeiro, porque um sentido de inteireza. Tratava do ensino de forma esartejada, uma vez que focava somente os ordenamentos organizacionais da pré-escola e do 1º e 2º graus, deixando de lado o ensino superior. Depois, a substância educativa, energia vivicadora de uma LDB, era substituída pela mera “razão técnica”, com inegáveis prejuízos para os aspectos essenciais do processo educativo. Estes aspectos nunca podem ser sufocados pelos elementos da organização do ensino, sob pena de se oferecer uma subeducação (SAVIANI, 1981).

Os grandes eixos da Lei 5.692/71 eram: a) do ensino de 1º e 2º graus; b) do ensino do 1º grau; c) do ensino do 2º grau; d) do ensino supletivo; e) dos professores e especialistas; f) do financiamento. Com a evolução da matriz de conhecimento e das técnicas de produção, vai-se possibilitando a crescente incorporação de malhas da população ao mercado de trabalho. Em decorrência exigem-se trabalhadores com níveis cada vez mais avançado de escolaridade. Esta a razão do ensino organizado em “graus” (SAVIANI, 1981).

Desta forma Saviani (1981) afirma que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida como a Lei 9.934/96, foi publicada no dia 20 de dezembro de 1996. A partir de então passou a vigorar, ou seja, passou a ser a espinha dorsal de toda a legislação educacional brasileira. Dentro do princípio da hierarquia das leis, dos dispositivos constitucionais que tratam da educação e do ensino estão acima dela. Por isso a constituição é sempre referência maior e instrumento de banalização para toda a chamada legislação infra-constitucional. É o caso da LDB. A partir de então, passa ela a regulamentar todos os atos constitucionais do processo educativo regular. Como norma escrita de direito, aprovada pelo

poder legislativo, e sancionada pelo poder executivo, a Lei 9.394/96 passou a produzir efeitos objetivos a partir do dia em que foi publicada, embora, sob o ponto de vista de reordenamento de sistemas e da nova formalização dos procedimentos burocrático-administrativos, ela própria tem fixado o prazo máximo de um ano, a partir da data de publicação, para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios adaptem suas respectivas legislações educacionais e do ensino (SAVIANI, 1981).

3 METODOLOGIA

A pesquisa teve cunho qualitativo-quantitativo. A intenção foi realizar um levantamento de dados para saber dos adolescentes o que o Programa Vida Feliz acarreta na vida deles. A coleta de dados teve como principais características entrevistas semi estruturadas e focalizadas. Veremos o que nos fala Triviños (1987, p. 146) sobre a pesquisa semi estruturada.

A entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Foi utilizado, além disso, para a coleta de dados a observação simples, pois de acordo com Gil (1999) a observação exerce papel indispensável no processo da pesquisa. “Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem” (GIL, 1999, p. 120).

Para a realização da pesquisa foram empreendidas as seguintes etapas: Estudo junto à coordenação da instituição pesquisada sobre a temática do trabalho desenvolvido; realização de estudos pertinentes a temática a abordada; organização de um arquivo para as ideias básicas; organização dos instrumentos de coleta de dados; conhecimento do público atendido pela instituição, e por fim, aplicação da pesquisa.

Para o a execução das etapas primeiramente entrei em contato com a coordenação do espaço, estudando com eles o desenrolar da pesquisa, apresentando os objetivos que pretendia

alcançar. Em seguida realizei estudos sobre o local, as temáticas trabalhadas e a metodologia das mesmas. Feito isso organizei uma pasta contendo todos os referenciais teóricos que precisei buscar. Por fim conheci o público que frequenta o espaço, através de observações realizadas durante as oficinas dos educadores, após, escolhi oito adolescentes para entrevista semi estruturada, ou seja, eles responderam duas questões previamente elaboradas. As entrevistas foram realizadas em uma sala do próprio espaço Vida Feliz, com gravação de voz.

Os dados coletados foram computados e, posteriormente, feito uma análise comparativa dos mesmos, onde obtive as respostas dos questionamentos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Foram entrevistados dois adolescente da nona série do Ensino Fundamental, dois adolescente do primeiro ano do Ensino Médio, dois adolescentes do segundo ano do Ensino médio e dois do terceiro ano do Ensino Médio, com os quais são desenvolvidos os trabalhos do Programa Vida Feliz. As idades variavam entre 14 e 17 anos.

O programa busca estimular e contribuir para a formação dos adolescentes no desenvolvimento pessoal e escolar, além de auxiliar na construção do projeto de vida de cada um deles. Sabemos que a escola é um dos ambientes que o adolescente busca uma preparação para a vida, uma garantia para a inserção na sociedade.

A primeira interrogação feita aos adolescentes foi sobre a satisfação com as atividades que são desenvolvidas pelo Programa Vida Feliz, 87% responderam que estão satisfeitos, 2% que não estão satisfeitos e o restante 11% responderam que sua satisfação é em parte.

Suas justificativas foram:

O programa ajuda o jovem a ter consciência do mundo em que vive, aprende a ser caridoso com a sociedade, forma novas mentalidades, auxilia na tomada de decisões para a vida, melhora o convívio com os demais pessoas, ajuda nos momentos de indecisão, nos ensina a sermos amigos verdadeiros, ajuda no desenvolvimento e a perder a vergonha, alivia os problemas, faz a gente ver o mundo com outros olhos, faz a gente refletir sobre nossos atos, nos ensina a ter bons modos, a perder vícios.

Percebe-se a partir das respostas dadas pelos adolescentes que a grande maioria está satisfeito com os trabalhos realizados pelo Programa Vida Feliz. Pode-se notar que os adolescentes ampliam sua visão de solidariedade para com o contexto em que vivem. O cuidado com o outro parece estar evidente nas falas acima, desta forma, ocorre mudanças

sociais no contexto desses adolescentes, cuja iniciativa é deles mesmos.

A primeira tarefa da educação seja ela formal ou não formal, é ensinar as crianças e jovens a serem elas mesmas. É preciso que tomem consciência de seus sonhos. A segunda tarefa é ensinar a conviver. A vida é uma convivência com uma fantástica variedade de seres, seres humanos, velhos, adultos, crianças, animais, das mais variadas raças, das mais variadas línguas, culturas e espécies, conviver é viver bem em meio a essa diversidade (MARTINS, 2010).

Martins (2010, p. 10), diz que em uma pesquisa nacional realizada em 2002, 70% dos pais delegaram à escola o papel de educar seus filhos, ou seja, esperam que nas aulas, as crianças aprendam os valores herdados de casa, por exemplo, o “Bom dia, Por favor, Com licença, Muito obrigado”. Está é uma gravíssima constatação, pois os pais estão fugindo à sua responsabilidade de exercer a arte de educar, do seu compromisso com seus filhos.

O educador que está em sala de aula, sabe que tais constatações são verdadeiras. E se a realidade é esta, cabe aos professores, fazer com que seus alunos recebam, também na escola, aquilo que não encontram em casa, para que no futuro eles tenham consciência de seus deveres e responsabilidades. Temos um jovem sedento de valores e, a família e a escola não podem ficar dizendo, jogando ser o compromisso de um ou de outro. Enquanto instituições de valores a família e a escola devem juntas pensar sobre que tipo de cidadão querem para o futuro, e assim, realizar um trabalho em rede.

Já na segunda pergunta, os adolescentes foram desafiados a darem uma nota de 0 a 5 para responder em que momento o Programa Vida Feliz ajudou em suas vidas, de acordo com a série que já participaram.

A temática de 9º do Ensino Fundamental que são “Os desafios da vida e saúde do adolescente” tiveram as seguintes notas; 2% dos adolescentes atribuíram nota 2; 8% atribuíram nota 3; 32% atribuíram nota 4 e 58% atribuíram nota 5.

Através das notas atribuídas observa-se que as temáticas trabalhadas com os adolescentes do Ensino Fundamental possui grande aceitação. Tais temáticas muitas vezes encontram-se camufladas nas escolas e nas próprias famílias, onde o adolescente acaba não encontrando um meio para dialogar e tirar suas vidas veem no Programa uma possibilidade a mais de conversa, ampliando seu olhar perante o mundo em que vive.

Quanto à temática trabalhada com o 1º do Ensino Médio “A pessoa humana”, 2% dos

educandos deram nota 1, 3% dos educandos deram nota 2, 11% dos educandos deram nota 3, 25% dos educandos deram nota 4 e 59% dos educandos deram nota 5.

No âmbito do 1º ano, a temática é um pouco mais densa, onde é trabalhada a pessoa humana num todo, em seu aspecto “biopsicossocial”. Os adolescentes demonstraram grande interesse pelo tema, sugerindo, a necessidade e a importância de tal trabalho.

Quanto a temática trabalhada no 2º do Ensino Médio “Autonomia e convívio social” e quanto a temática abordada para os educando que estão no 3º ano do ensino Médio “Psicodinâmica e escolha profissional” foi atribuída nota 1 por 2% dos entrevistados, nota 2 para 3% dos entrevistados, nota 3 para 7% dos entrevistados, nota 4 para 25% dos entrevistados e nota 5 para 63% dos educandos que responderam esta questão.

A nota atribuída pelos adolescentes do 2º e do 3º ano coincidiram, pois os temas estão em “alta” nesse momento da vida dos adolescentes, sugerindo que os adolescentes gostariam de ter mais autonomia em seus atos, além de estarem em um momento conflitante sobre suas escolhas profissionais, por tais questões, os adolescentes gostam de frequentar o espaço do Programa por perceberem que suas dúvidas podem ser diminuídas através do trabalho realizado.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Programa Vida Feliz, com alunos de escolas públicas está tendo um bom resultado, podemos perceber pelas próprias colocações dos adolescentes que são atingidos pelo mesmo. Nota-se na própria quantidade de adolescentes que estão satisfeitos com as temáticas trabalhadas, bem como percebi através da observação, que os mesmos sentem-se integrados nas atividades, demonstrando interesse em aprender coisas novas.

O grande desafio da escola atualmente é sem dúvida, conquistar a atenção e a motivação dos seus alunos. Principalmente o adolescente que está sempre em busca de algo novo para seguir, no entanto, não se pode mais pensar em educação apenas no campo científico e sim voltar-se mais para a formação humana, na formação de novos cidadãos, deixando-os falar, dando suas opiniões, manifestando-se, pois ele tem muito a contribuir.

Para que possamos analisar a contribuição que o Programa Vida Feliz traz à Educação Pública, espaço este onde o conhecimento veiculado capacita os alunos a contestarem toda forma de exclusão, seja ela a partir das políticas públicas neoliberais que favorecem a competição e o individualismo, seja pelo descaso do poder público com os problemas sociais

do nosso tempo.

Para refletirmos sobre a importância de tal projeto social, antes precisamos entender a história da educação, a qual faz parte de um contexto que busca compreender a produção dos sujeitos históricos num tempo e espaço marcados pelas determinações sociais. Assim, a educação se desenvolve na sociedade a partir das relações dos homens que, construindo-a constroem-se também.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na adolescência ocorrem grandes mudanças corporais e afetivas, é um período que envolve muitas preocupações principalmente em relação ao futuro, uma vez que os adolescentes sentem-se na obrigação de escolher uma profissão já nessa idade. E por tal motivo os jovens das classes menos favorecidas encontram ainda mais dificuldades para projetar o futuro, pois a falta de condições sociais dificultam a realização de sonhos, sem contar que muitas vezes impossibilitam os indivíduos a sonhar.

Inseridos neste contexto, é difícil pensar e projetar um futuro promissor, pois a necessidade de garantir a própria sobrevivência acaba camuflando a vontade de ser alguém na vida. No entanto sabemos, que precisa-se romper com esses paradigmas, e para isso é preciso imaginar o adolescente como fonte de desejo não meramente como receptor daquilo que os adultos falam em relação a eles. É preciso apresentar ao jovem a possibilidade dele ser o protagonista de sua própria história, além, de se pensar em políticas públicas que promovem a inclusão deles na sociedade.

A escola é um dos espaços para que este processo comece a deslanchar, para isso ela deve estar ciente de seu papel. O Programa Vida Feliz que é um dos aliados da escola nesta construção de jovens protagonistas, trabalha com temas transversais da educação, ajudando a escola romper com os limites dos seus próprios muros, buscando sempre oferecer para a comunidade escolar, contribuindo para a promoção de cada indivíduo.

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar a influência do Programa Vida Feliz na vida dos alunos, bem como a aceitabilidade dos mesmos. Seria temerário dizer que o objetivo plenamente alcançado, mas posso afirmar que os resultados obtidos foram além das expectativas, pois toda comunidade escolar vê o Programa como grande contribuinte no

desenvolvimento de suas atividades para a construção de protagonistas.

Por fim, podemos refletir que haverá sim condições dignas de vida para todos quando houver sensibilidade por parte das milhões de pessoas e responsabilidade de todos na aplicação das leis e políticas existentes e na criação de novas ações que venham a contribuir para um futuro mais digno para os jovens de toda nação. Aí sim o projeto de vida será uma ferramenta que ajudará a pensar de modo mais seguro a realização de muitos sonhos que, longe de ser uma ilusão, dependerão do empenho e coragem de cada um.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. **A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento**. Porto: Afrontamento, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 12 abr. 2015.

COMISSÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MARISTA. **Missão educativa Marista: um projeto para o nosso tempo**. Roma: Instituto dos Irmãos Maristas nas Escolas, 1998.

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia. **Cidade educadora: princípios e experiências**. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOLLA, Cendales; GERMAN, Marinõ. **Educação não formal e educação popular: para uma pedagogia do diálogo cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MARTINS, Túlio de Oliveira. **Os limites da escola**. Florianópolis, 22 dez. 2010.

RIBEIRO, Hidelberto de Souza; RIBEIRO Marilene Marzari. Educação informal, formal e não formal. **Revista de Educação, Poder e Cidadania**, Cuiabá, v. 12, n. 21, p. 149-168, jan./jun. 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e funcionamento**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.